

Portal das Matrículas : Recuo parcial deixa milhares de famílias e escolas privadas de fora

written by Alexandra Serra | 29 de Maio, 2026

OCIDADÃO
Análise e Opinião

OPINIÃO
Alexandra Serra



Há decisões políticas que não são apenas técnicas. São simbólicas. Revelam prioridades, intenções e, sobretudo, a forma como o Estado olha para os seus cidadãos. A exclusão da maioria das escolas privadas do Portal das Matrículas é uma dessas decisões e o recuo parcial anunciado a 12 de maio não resolve o problema, apenas o torna mais evidente.

O Governo prometeu, em 2025, que o Portal das Matrículas seria finalmente universal, acessível a todas as escolas, públicas e privadas. Um sistema único, transparente, moderno, que colocaria todas as famílias no mesmo ponto de partida. Um ano

depois, a promessa ficou pelo caminho. E ficou de forma seletiva.

A decisão agora comunicada à AEEP – permitindo o acesso apenas a escolas com contrato de associação, contrato de patrocínio, ensino profissional financiado e planos próprios financiados – não é uma solução. É um remendo. E, pior ainda, é um remendo que cria uma fronteira artificial dentro do próprio ensino privado: os financiados entram, os restantes ficam à porta.

O Portal das Matrículas, entretanto atualizado, confirma essa fronteira. E confirma também que o Governo não está disposto a cumprir o compromisso que assumiu com o país.

Uma exclusão que tem custos reais

A exclusão da maioria das escolas privadas não é um detalhe administrativo. Tem consequências concretas, diárias e mensuráveis:

- Perde-se simplificação: enquanto o ensino público opera num sistema centralizado, as escolas privadas são empurradas para plataformas paralelas, processos manuais e burocracia redundante.
- Criam-se desigualdades: famílias que pagam impostos como todas as outras ficam sujeitas a procedimentos mais complexos, menos transparentes e menos uniformes.
- Aumentam-se custos: as escolas privadas têm de investir em sistemas próprios, reforço administrativo e duplicação de processos – custos que acabam por recair sobre as famílias.
- Compromete-se a qualidade dos dados: sem integração no sistema nacional, o planeamento educativo fica mais frágil, menos rigoroso e mais sujeito a falhas.
- Quebra-se a confiança: quando o Estado promete igualdade e depois recua, o sinal enviado ao setor privado é claro – e negativo.

O mais grave é que nada disto era necessário. O modelo anterior, de adesão facultativa, funcionava. Era equilibrado.

Respeitava a autonomia das escolas privadas e, ao mesmo tempo, permitia que estas utilizassem uma ferramenta pública financiada pelos contribuintes. Não havia conflito. Não havia prejuízo. Não havia desigualdade.

O silêncio do Governo e a pressão crescente

O Grupo Parlamentar do PS fez aquilo que se exige a um partido responsável: pediu explicações. Questionou o Ministro da Educação sobre a fundamentação desta exclusão e sobre as medidas que pretende implementar para garantir transparência e equidade. O Governo ainda não respondeu.

Mas o silêncio não apaga o essencial:

o Estado está a tratar de forma diferente famílias que deveriam ter exatamente os mesmos direitos.

E quando o Estado cria desigualdade onde deveria criar igualdade, não estamos perante um problema técnico. Estamos perante um problema político.

O que está verdadeiramente em causa

O debate sobre o Portal das Matrículas não é sobre tecnologia. Não é sobre plataformas. Não é sobre fluxos de dados.

É sobre igualdade no acesso à educação.

É sobre confiança nas instituições.

É sobre coerência entre o que se promete e o que se faz.

E neste momento, o Governo está a falhar nos três pontos.

A exclusão da maioria das escolas privadas não é apenas injusta é incoerente, contraproducente e contrária ao princípio constitucional da igualdade. O recuo parcial não resolve o problema. Apenas o expõe.

O país merece melhor. As famílias merecem melhor. E o ensino privado que faz parte do sistema educativo português, que cumpre funções públicas e que serve milhares de alunos merece

ser tratado com respeito e equidade.

Até lá, a promessa de acesso universal ao Portal das Matrículas continuará a ser apenas isso: uma promessa quebrada.